
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO SEMIÁRIDO CEARENSE: uma análise a partir das áreas de assentamentos rurais

RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT IN CEARÁ'S SEMIARID: an analyze from rural settlements areas

Maria Messias Ferreira Lima

Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE
messias.lima@urca.br

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa/PB
erodat@gmail.com

Resumo

O texto tem como objetivo analisar criticamente o Desenvolvimento Territorial Rural de forma multidimensional nos territórios de identidade no Semiárido cearense, considerando as áreas de assentamentos rurais. Os dados para análise do Desenvolvimento Rural foram obtidos através da pesquisa de campo, tendo como espaço amostral seis assentamentos localizados em cinco territórios de identidade. Para a análise dos dados foi calculado o índice de desenvolvimento rural (IDR), este assume valores entre “zero” e “um”. O índice encontrado para o semiárido cearense foi de 0,5163, indicando uma situação mediana ou intermediária. Os indicadores que mais contribuíram positivamente para o nível de desenvolvimento foram os ambientais e político/organizacional, e os indicadores que contribuíram negativamente para o nível de desenvolvimento foram os econômicos e sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Semiárido cearense. Assentamentos rurais.

Abstract

The text intends to critically analyze the rural territorial development in a multidimensional way at the identity territories in the semiarid of Ceará, considering the rural settlements areas. The data used to analyze the rural development were collected by a field research, having six settlements localized in five identity territories as its sample space. For the data analyze, the rural development index was calculated, which varies between “zero” and “one”. The index founded for the semiarid of Ceará was 0,5163, indicating a median or intermediate situation. The indicators that most contributed positively were the environmental and political/organizational, and the indicators that contributed negatively were the social and economic.

Key words: Rural development. Ceará's semiarid. Rural settlements.

Introdução

O estudo desenvolvido apresenta como recorte geográfico os territórios rurais de identidade do Semiárido cearense, e como objeto de investigação os assentamentos rurais inseridos nesses territórios, de acordo a regionalização utilizada para o estado do Ceará. Para a escolha do objeto de investigação, foram considerados quatro critérios: a) assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), consolidados; b) localizados no Semiárido; c) inseridos no projeto Territórios da Cidadania e; d) com menor tempo de criação. A pesquisa de campo para obtenção dos dados primário ocorreu entre os anos de 2017 e 2018.

A técnica de amostragem utilizada foi da amostragem estratificada proporcional, pois esta apresenta vantagens em relação à aleatória simples, permitindo estimativas de menor variância. “Isto significa que, em média, as estimativas obtidas por amostras estratificadas estão mais próximas dos valores verdadeiros” (HOFFMAN, 1980). Após o cálculo de uma amostra de 146 famílias, proporcionalmente dividida entre os estratos de acordo com seus pesos em relação à população.

Quanto à concepção do desenvolvimento aqui abordada, segue a abordagem utilizada por Sen (2000), nessa perspectiva, o desenvolvimento rural é compreendido de forma multidimensional e diz respeito ao desenvolvimento dos espaços rurais. Em relação à sustentabilidade nas áreas de assentamentos, o caminho percorrido nessa pesquisa seguiu a trilha deixada por Jara (1998), segundo a qual:

O desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudança sociopolítica, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que, além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo (Jara (1998, p. 34).

Nesse caso específico considerou-se incluir questões relacionadas as dimensões: econômica, social, político/organizacional e ambiental, tendo como indicadores aqueles que se apresentam como necessários, porém não suficientes, para alcançar os elementos que proporcionem um movimento contínuo de bem-estar para o conjunto da sociedade. Para Sepúlveda (2005, p. 237), “[...] a escolha dos indicadores fica a critério do usuário, sempre e quando se levem em conta bases teóricas que sustentem e justifiquem a importância dos indicadores como variáveis explicativas de cada dimensão”.

Dessa forma, a análise do desenvolvimento rural (DR) nos territórios ocorreu a partir da definição de condicionalidades e indicadores que contemplaram a realidade do Semiárido cearense, suas dificuldades e possibilidades para um desenvolvimento sustentável da agricultura familiar camponesa¹ (AFC) nos territórios rurais, contudo, destaca-se a limitação do uso de indicadores para mensurar a realidade, pois a mesma é muito complexa e está sempre em movimento, logo a análise limita-se ao proposto pelo recurso metodológico. O texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte realizou-se uma breve discussão sobre o desenvolvimento rural no Semiárido cearense, indicando a dimensão teórica do objeto de estudo. Na terceira parte demonstra-se o modelo empírico utilizado para mensurar o nível de desenvolvimento rural e na quarta parte encontra-se os resultados da pesquisa em suas respectivas discussões. E por último as considerações finais.

Desenvolvimento rural no Semiárido cearense

Os mecanismos de ações do governo do estado do Ceará, por um lado insere o espaço rural na dinâmica do agronegócio, favorecendo o avanço das forças capitalistas no campo promovendo uma integração dos camponeses aos elos das cadeias produtivas. Dessa forma, o Semiárido, considerado até então como um espaço “reserva” para a expansão capitalista, começa a ser preparado para tal exploração. Esse preparo inicia com a mudança paradigmática do discurso: “do combate à seca à convivência com o semiárido”.

É a partir desse novo paradigma que o semiárido passa a ser visto como um forte potencial para a expansão capitalista. Para tanto, utiliza-se de políticas e discursos padronizados em relação às novas funções do espaço. Os problemas econômicos fundamentais, como a determinação do que produzir, como e para quem produzir passam a ser orientados por fatores externos às decisões internas da organização social camponesa, subtraindo sua autonomia em relação à sua lógica de produção. Em outras palavras, o capital não se apropria da fração do território do camponês, mas se apropria da renda e da mão-de-obra excedente na produção através de outros mecanismos tais como a comercialização da produção, a padronização do consumo, as tecnologias e até

¹ Como a agricultura familiar é uma categoria ampla, optou-se por usar o termo AFC por retratar melhor o campo teórico do objeto de estudo.

mesmo as sementes fornecidas por empresas multinacionais. Dessa maneira, onde o monopólio não pode se territorializar, o capital monopoliza o território.

É nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital; nessa, a produção propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção (PAULINO, 2003, p. 102).

Tecnicamente, o Semiárido é caracterizado “pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica” (SILVA, 2003, p. 365). Segundo com a Portaria Interministerial nº 1 de 9 de março de 2005, que atualizou os critérios que delimitam a região semiárida do Nordeste, 86,74% do espaço geográfico cearense está no Semiárido, onde se localizam 150 dos seus 184 municípios, correspondendo a 81,52% dos municípios do estado. Entretanto, a construção simbólica do semiárido pela elite nordestina transformou uma característica natural da Caatinga em uma fonte de exploração política do espaço, exploração dos recursos naturais e da população que permanece ainda cativa das relações dominantes de produção e concentração de riquezas na região.

O discurso do combate à seca, concretizado nas ações emergenciais e na captação de recursos federais pela elite local, presente até o final do século XX, estava ainda atrelado ao imaginário construído pela oligarquia agrária que encontrou no sertão nordestino o cenário ideal para a manipulação e exploração das riquezas naturais e populacionais, em que o discurso manipulador foi a estratégia operacionalizada para manter o isolamento e a pobreza como fonte de poder para a classe dominante.

Collin (2010) esclarece um ponto crucial para entender uma sociedade de classes, quando afirma que a classe dominante é aquela que tem autoridade para conduzir o Estado de acordo com os seus interesses. Portanto, as ações governamentais eram seletivas espacialmente, tinham caráter clientelista e emergencial, combatendo os efeitos advindos das secas, mas sem alterar os fatores estruturantes que se alimentavam da miséria crescente da população rural aumentando as desigualdades entre ricos e pobres, impedindo por gerações que as condições, necessárias, para uma mobilidade social ocorram.

O modelo de desenvolvimento em curso baseia-se na superação dos limites impostos pela natureza, rompendo com o paradigma de combate à seca e investindo no

desenvolvimento tecnológico para a exploração e produção de riquezas. As forças colocadas em movimento pelo capital são extremamente influenciadas pelo princípio da modernidade e sustentabilidade, criando um sentimento de que algo novo se estabelece que o passado ficou para trás e o tradicional será substituído pelo moderno. De acordo com Giddens (1991, p. 14),

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana.

Desse modo, a padronização da sociabilidade humana é intensificada mundialmente como uma produção em série, em que o próprio processo produtivo descarta o “produto defeituoso”. Contudo, o principal produto é a classe trabalhadora, urbana ou rural, com emprego ou não, apenas adequada à expansão da acumulação capitalista em que o próprio capital se transforma em um organismo vivo subordinando os homens e a natureza às engrenagens da reprodução do capital globalizado. Nesse sentido, o semiárido cearense passa agora a fazer parte diretamente do processo de acumulação global como uma peça fundamental desse gigante imperialista.

A convivência com o Semiárido sempre foi uma necessidade para os sertanejos e camponeses, entretanto, o projeto em curso é designado pela nova ordem estrutural do capital que necessita do espaço e dos trabalhadores, empregados ou não, para movimentar o processo de acumulação. Portanto, essa convivência, pautada na ideologia da modernidade, progresso e desenvolvimento é determinada pelas necessidades da expansão capitalista, comandando as ações necessárias para a apropriação do espaço. Ou seja, as relações do homem com o ambiente e a gestão do processo produtivo são estabelecidas pelo modo de produção, que subordina os camponeses através da monopolização do território no Semiárido cearense.

A convivência com as condições do semiárido cearense, centrada em processos de desenvolvimento mais equilibrado, entre o bem-estar social e a adequada utilização dos recursos naturais, pressupõe a reorientação do modelo de desenvolvimento em curso no Estado. Caminhar nessa direção significa promover a integração das políticas públicas, a participação qualificada da população, a garantia de educação e informação permanente, a geração de conhecimentos necessários e o fortalecimento político e institucional, asseguradores da permanência de processos adequados de gestão, assim como

a concepção de estratégias que permitam o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com os potenciais da região (CEARÁ, 2011, p. 27).

O discurso do desenvolvimento perpassa a visão economicista e agrega o manto da sustentabilidade indicando um reordenamento na forma de pensar e agir sobre o espaço rural, tema extremamente discutido desde os anos de 1990, mas com pouca efetividade, pois diante da expansão do capitalismo no campo o que realmente conta é a acumulação de capital de modo que o meio ambiente e as pessoas são consideradas como ativos que precisam ser valorizados. Logo, o Semiárido passa a ser um espaço de grandes potencialidades, necessitando urgentemente de ações para torná-lo atraente aos olhos do capital ao tempo que o Estado atua para facilitar a sua mobilidade entre o espaço rural e urbano.

Considerando a metodologia utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para definir o nível de ruralidade dos territórios e, a estrutura microrregional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará apresentou a seguinte tipologia, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos municípios cearenses de acordo com a tipologia Urbano e Rural - 2010

Tipologia	Urbano	Intermediário	Rural
Critérios			
> 50hab. > 80hab./km ²	13		
> 50hab. < 80hab./km ² ou < 50hab. > 80hab./km ²		41	
< 50hab. < 80hab./km ²			130

Fonte: Organizado pela autora, a partir das informações contidas no Documento “Os 7 Cearás: síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do plano de Governo”. (CEARÁ, 2014).

Atentando para a regionalização do estado do Ceará, a tipologia considera o nível de ruralidade a partir dos seguintes critérios: a densidade demográfica (hab/km²) e o tamanho populacional. Conforme esses critérios, 130 municípios são considerados como rurais (CEARÁ, 2014). Essa metodologia perpassa a utilizada para delimitar os limites dos espaços pela divisão administrativa dos municípios e, não estabelece a atividade econômica do ponto de vista setorial como fator para caracterizar os espaços como urbanos ou rurais.

Isto posto, o estado do Ceará apresenta um elevado índice de ruralidade, sendo que um percentual de 70,65%, dos municípios tem população inferior a 50 mil hab. e densidade populacional inferior a 80hab./km². Aparecem aqui questões relevantes sobre

as relações e funções entre cidade e campo na contemporaneidade abrindo espaço para rever a inequívoca objeção à reforma agrária.

Acreditamos que pensar em desenvolvimento para o espaço rural exige uma reflexão sobre a realidade em que os espaços municipais estão inseridos, essa realidade envolve aspectos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Considerando que 70,6% dos municípios são classificados como predominantemente rurais, as ações devem ter um caráter sustentável para a população presente e futura.

Para o planejamento estratégico de ações intervencionistas no Semiárido, o governo estadual identificou as principais potencialidades econômicas para um planejamento estratégico de longo prazo, considerando a tese da “nova ruralidade” enquanto um *continuum*, em que as diferenças entre rural e urbano vão desaparecendo e o espaço passa a ser integrado bem como o estímulo ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. Seguindo o atual modelo de DR, a política estadual de convivência com o Ssemiárido é fundamental e vem sendo direcionada para a exploração dos potenciais nas seguintes áreas temáticas (CEARÁ, 2011):

- a) Incidência solar – potencialidade para a geração de energia solar contribuindo para a expansão da fruticultura irrigada;
- b) Clima semiárido – a grande variedade de espécies vegetais, característica da região, apresenta um grande potencial para a oferta de matéria-prima para a indústria de medicamentos fitoterápicos;
- c) Caatinga – ideal para o desenvolvimento da piscicultura e apicultura;
- d) O solo, substrato cristalino – exploração mineral de rochas ornamentais;
- e) Turismo – a diversidade do espaço permite muitas variedades nessa atividade, tais como o turismo rural, religioso, arqueológico e de aventura.

De modo geral, as ações são direcionadas para uma integração da população rural ao mercado através dos diversos elos das cadeias produtivas, incentivando ao mesmo tempo uma padronização do consumo de bens e produção de cultura, afastando a população cada vez mais das práticas agrícolas, dos saberes e cultura local.

Assim como o cotidiano da população residente no semiárido cearense não delimita mais uma separação rígida entre campo e cidade nos setores da economia, o mesmo se dá em larga escala, nos componentes culturais. A universalização da eletrificação vem possibilitando um crescimento sem precedentes nos meios de informação e no avanço dos objetivos propostos pela indústria cultural, com a massificação do consumo (CEARÁ, 2011, p. 34 e 35).

As estratégias definidas pelo governo estadual para a convivência com o semiárido estão inseridas no modelo hegemônico do capital mundializado, em que o capital busca novos espaços para sua reprodução se movendo para os espaços ainda em pousio. Portanto, a proposta para uma política de desenvolvimento rural sustentável no Ceará passa impreterivelmente pela convivência com o Semiárido.

As articulações desenvolvidas no âmbito do modelo de desenvolvimento rural, busca desenvolver mecanismos e tecnologias capazes de capacitar o Semiárido cearense e sua população rural para a organização produtiva conduzida pela expansão do capital no campo. Assim, o projeto hegemônico do capital monopolista se articula com o Estado para criar as condições necessárias para atender à nova ordem de acumulação, tornando-se essencial a expansão e exportação de capitais para as áreas periféricas.

A junção entre o Estado e os organismos internacionais sugere que a política mundial de expansão capitalista, atua como delineadora dessa reorganização do espaço rural, alinhando-se com o capital internacionalizado. Implementar alternativas de produção e convivência com o Semiárido ainda é um desafio, esse processo exige inicialmente uma mudança de consciência, posteriormente uma reorientação da narrativa sobre desenvolvimento rural sustentável, colocando em evidência as necessidades da população e as estratégias que esta dispõe para sua autônoma convivência no Semiárido rural.

Nessa perspectiva, as articulações entre instituições e setores organizados da sociedade devem mediar essas ações, para que ocorra uma maior representatividade das comunidades camponesas na construção do espaço social. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) atua desde a década de 1990 com mobilizações para construir uma nova prática em relação ao semiárido. Desde 1999 configura-se em uma rede que articula vários projetos voltados para o sertanejo e a escassez de água que inviabiliza a vida no campo, formando assim uma nova mentalidade e uma prática sustentável para a população e os recursos ambientais do Semiárido.

As ações da ASA prezam pela formação humana oferecendo mecanismos que permitam que as pessoas acessem a educação, conheçam o meio em que vivem e construam novas relações e novas formas de vida, baseadas em princípios que possam ir ao encontro do paradigma da convivência (CONTI e SCHRODER, 2013, p. 144).

Presente em 10 estados, a ASA reúne mais de três mil organizações da sociedade civil, sindicatos, associações e cooperativas. Suas ações contemplam projetos como:

estoque de sementes, quintais produtivos, Programa Uma Terra Duas Águas, Programa Um Milhão De Cisternas e tecnologias sociais, dentre várias outras iniciativas para as comunidades, possibilitando a reprodução camponesa nesse espaço (ASA, 2016).

A política de convivência com o semiárido foi disseminada pelas organizações da sociedade civil que compõem a ASA a partir da constatação de ações dos agricultores e agricultoras como práticas populares. O foco dessa política é favorecer o desenvolvimento da região com o uso de tecnologias sociais simples de captação de água da chuva e de baixo custo, a exemplo das cisternas de placas, dos barreiros, barragens sucessivas, tanques de pedra, dentre outras tecnologias que contemplam a produção e armazenamento de alimentos para as pessoas e para os animais (CONTI e SCHROEDER, 2013, p. 114 e 115).

Nesse contexto, a luta pela convivência com o semiárido perpassa a questão climática, não se limita à irregularidade das chuvas. É preciso romper urgentemente com a concentração de terra, água e conhecimento. Essa é a luta travada pelos movimentos sociais no campo, se constituindo em uma forte pressão para a reorganização da produção no espaço rural. O trabalho realizado pela ASA, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Sem Terra (MST) e a Associação Cristã de Base (ACB) é fundamental para a construção de parcerias sustentáveis para a população pobre do semiárido cearense, capacitando-os para o enfrentamento com o capital, que monopolizou os dois principais recursos que promovem a vida no campo, a terra e a água.

O modelo empírico

As condicionalidades propostas para cada indicador do desenvolvimento rural sustentável (DRS) representaram os elementos que, presentes, indicam possibilidades para o DRS, e a ausência delas indica os limites que precisam ser superados, sendo que somente será sustentável se ocorrer, no mínimo de forma intercalar em todas as dimensões postas. Foram consideradas as condicionalidades fundamentais para determinar a análise do DRS no Ssemiárido cearense, lembrando que existem outros aspectos de grande relevância que contribuem para o nível de desenvolvimento do espaço agrário. Nesse contexto, a análise do DR nos territórios ocorreu a partir das condicionalidades descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Condicionalidades para o DRS: análise multidimensional

Dimensões DR	Condicionalidades
Econômica	Rendimento familiar mensal; principal fonte de renda; mão de obra utilizada; assessoria técnica; crédito; destino da produção agrícola; comercialização.
Social	Condições de acesso ao assentamento; moradia; água; educação; saúde; acesso às políticas públicas; lazer.
Político Organizacional	Organização político social; participação nas eleições, preferência partidária; participação em associações; se reconhece como [...]; percepção sobre reforma agrária; o campo e as futuras gerações.
Ambiental	Uso do solo; Sementes; processos produtivos; resíduos sólidos.

Fonte: Elaborado a partir da revisão de literatura

Para efeito de análise considerou-se o aspecto econômico como a capacidade de reprodução econômica da AFC, no caso específico dos assentamentos, pressupondo a capacidade de ocupação e geração de renda na unidade familiar como fundamentais para eliminar as privações, aumentando a capacidade de escolhas pela comunidade camponesa, incluindo a gestão do espaço (re)criado.

A dimensão social considera o acesso à educação e a capacidade de inclusão da população rural nas políticas públicas que possibilitam uma mobilidade social intrageracional, ou seja, a questão sucessória precisa ser garantida no longo prazo. A dimensão política e organizacional refere-se à participação política social e a capacidade organizativa da população em defender suas demandas e ter voz ativa nos espaços políticos e sociais. E por último, a dimensão ambiental relaciona-se com os aspectos relativos ao solo, a água e à vegetação, ou seja, como o homem convive com a natureza na reprodução da vida material e na (re)criação do espaço.

A mensuração do IDRS é baseada na metodologia utilizada por Sepúlveda (2005), Waquil et. al. (2006), Kageyama (2008), Mariano e Ribeiro (2009), e outros pesquisadores que mensuraram o índice de sustentabilidade nos territórios de todo o País. Para fazer a adequação aos objetivos da pesquisa, utilizou-se como referência os trabalhos de Barreto (2004), Rabelo e Lima (2009), e Abreu (2014).

Considerando a necessidade de padronização das informações para a composição do IDR, foi atribuído *scores* aos indicadores, e posteriormente calculou-se o Índice, como indica a fórmula.

$$I_K = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max\ i}} \right)$$

Onde:

I_K = índice referente a cada dimensão da sustentabilidade;

E_{ij} = score do i-ésimo indicador do IDR obtido no j-ésimo questionário;

$E_{max\ i}$ = score máximo do i-ésimo indicador do IDR considerado

$i = 1, \dots, m$, número de indicadores;

$j = 1, \dots, n$, número de questionários aplicados;

$k = 1, \dots, 4$, número de índices que compõem o IDR (Econômica, Social, Política/Organizacional e Ambiental);

Após calcular o índice para cada dimensão do desenvolvimento, o próximo passo foi calcular o índice de sustentabilidade nos territórios (I_{ST}). O cálculo foi realizado considerando a média ponderada dos índices de cada dimensão, através da seguinte fórmula:

$$I_{ST} = \frac{1}{ds} \sum_{k=1}^{ds} I_k$$

Onde:

I_{ST} = Índice de sustentabilidade para cada Território

ds = Total de dimensões consideradas na análise da sustentabilidade rural;

I_k = índice obtido referente a cada dimensão da sustentabilidade.

Depois de calcular o índice para cada Território de Identidade (I_{ST}), calcula-se novamente a média ponderada dos índices (I_{ST}) com o número de Territórios considerados na pesquisa. Nesse caso específico será considerado o mesmo peso para todas as dimensões, como indica a fórmula a seguir.

$$IDRS = \frac{1}{n_t} \sum_{i=1}^{n_t} I_{DS}$$

Onde:

$IDRS$ = Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios

n_t = número de Territórios

I_{DS} = Índice de desenvolvimento da dimensão j em um dado Território

Após o cálculo os índices foram representados e analisados por meio de biogramas, no qual apresenta uma escala de 0 a 1, quanto mais próximo da unidade, melhor o nível de desenvolvimento.

Tabela 1 – Referências para avaliação do nível de DRS

Nível de Desenvolvimento	IDRS
Situação crítica	$0,0 > \text{IDRS} < 0,2$
Situação ruim	$0,2 \geq \text{IDRS} < 0,4$
Situação intermediária	$0,4 \geq \text{IDRS} < 0,6$
Situação boa	$0,6 \geq \text{IDRS} < 0,8$
Situação ótima	$0,8 \geq \text{IDRS} \leq 1,0$

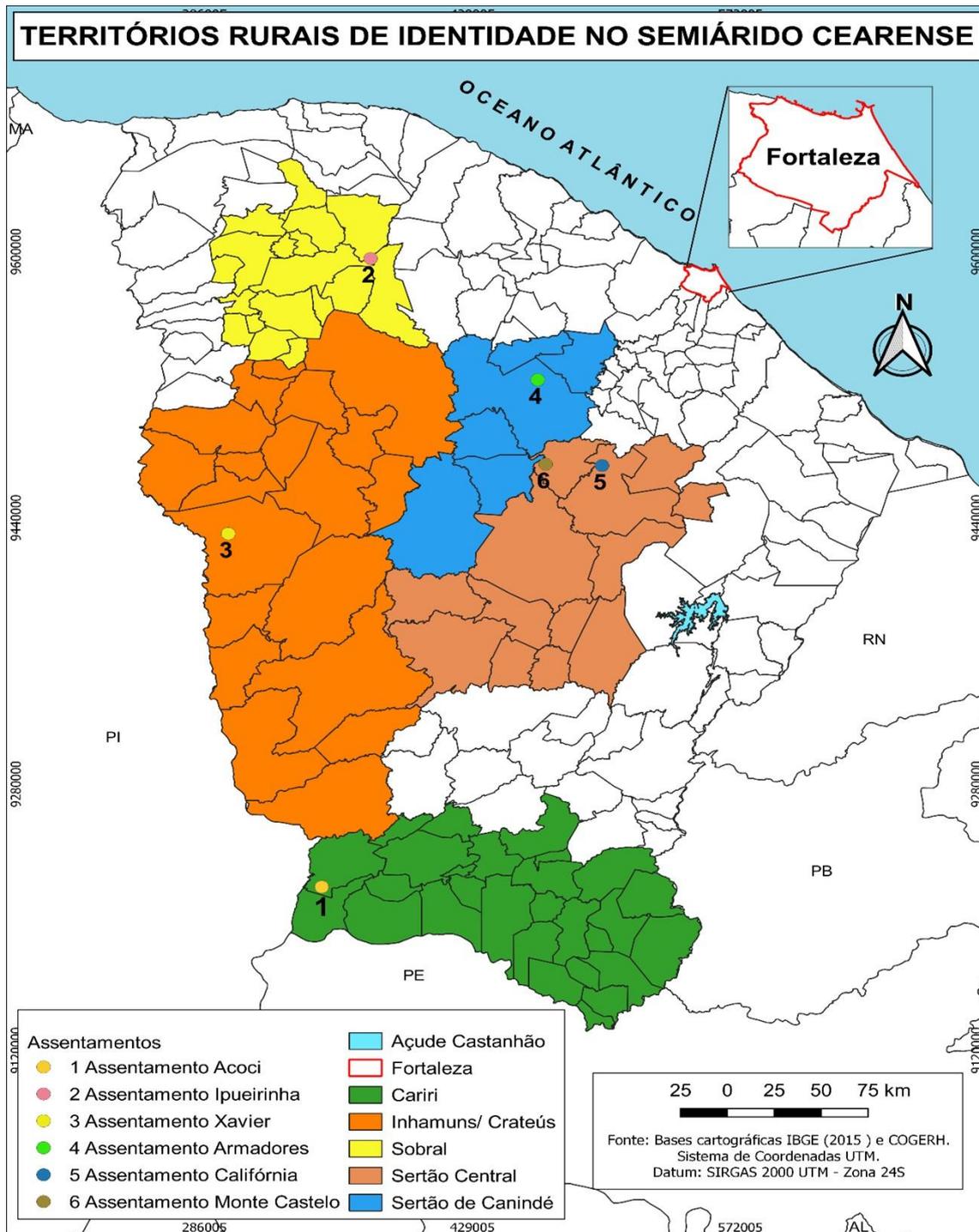
Fonte: Elaborada pela autora a partir das referências de Sepúlveda (2005); Mariano e Ribeiro (2009).

As referências são apresentadas na Tabela 1, a qual aponta que o DRS assume cinco níveis, variando da situação crítica até a situação ótima.

Nível de desenvolvimento nos territórios de identidade a partir das áreas de assentamentos rurais

O recorte geográfico do campo da pesquisa pode ser visualizado no Mapa 1, em que consta de cinco territórios e seis assentamentos rurais, obtidos de acordo com a proposta metodológica da pesquisa.

Mapa 1 – Recorte geográfico da área de estudo

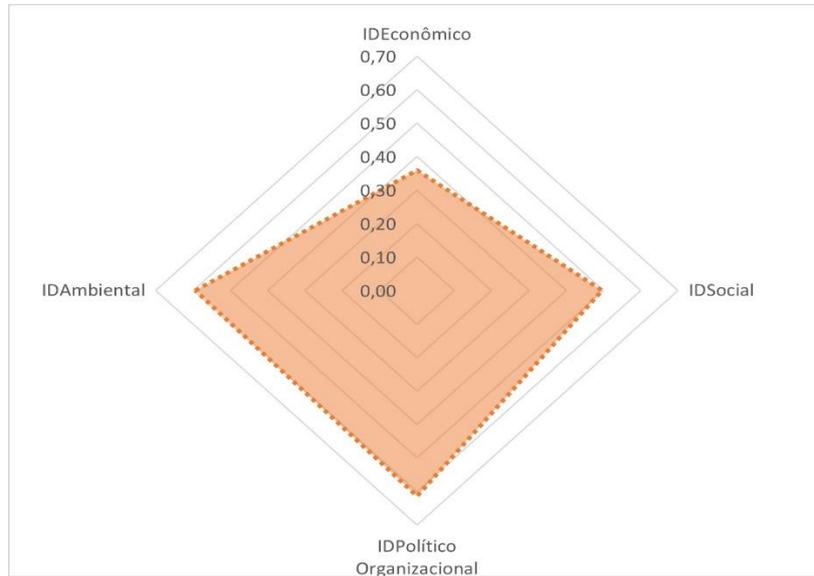


Fonte: Elaboração a partir das Bases cartográficas IBGE 2015.

Os territórios analisados no semiárido cearense foram: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sobral, Sertão Central e Sertões de Canindé. O nível de DRS encontrado para o Semiárido cearense encontra-se em uma situação intermediária, isso significa que alguns gargalos foram superados, contudo, a questão da sustentabilidade econômica ainda é um dos

maiores desafios. O seu baixo nível de desenvolvimento fica evidenciado com a mensuração do índice de apenas 0,360 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Dimensões do IDRS no semiárido cearense



Fonte: Pesquisa de campo

O IDRS obtido no agregado para o semiárido foi de 0,5163 indicando um desenvolvimento rural médio ou intermediário. Os territórios Inhamuns/Crateús e Sobral superaram o índice obtido para o espaço agrário cearense, enquanto o Cariri, Sertão Central e Sertões de Canindé ficaram abaixo, embora todos se encontrem em um nível intermediário de desenvolvimento rural, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Nível de DRS para os territórios de identidade: uma análise a partir das áreas de assentamentos rurais

Território de Identidade	Assentamento	Data Implantação	IDRS	Nível de DRS
Cariri	Acoci	1997	0,5158	Intermediário
Sertão Central	Califórnia e Monte Castelo	1986	0,4913	Intermediário
Inhamuns/Crateús	Xavier	1998	0,5565	Intermediário
Sertões de Canindé	Armadores	1995	0,4653	Intermediário
Sobral	Ipueirinha/Ouricuri	1989	0,5528	Intermediário
IDRS GERAL			0,5163	Intermediário

Fonte: Pesquisa e campo.

Considerando as variações entre os territórios, estas revelaram-se pequenas, sendo que o território com melhor resultado foi o Inhamuns/Crateús com um índice de 0,5565 e o de pior resultado o território Sertões de Canindé, com um índice de DRS de 0,4653. Os dados indicam que de modo geral os territórios Inhamuns/Crateús e Sobral encontram-

se em um nível de desenvolvimento rural superior aos demais, contudo, o maior índice não atinge 0,6 em uma escala de ‘zero’ a ‘um’, sendo que quando mais próximo de 1 (um) maior o nível de desenvolvimento, como especificado na metodologia. Para entendermos melhor essa dinâmica, recorreremos aos esclarecimentos de Manzoni Neto (2017, p. 236):

Ao propormos uma compreensão dos Territórios Rurais como uma combinação de diversas formas regionais, entendemos que se trata também de regiões produtivas e que um dos principais objetivos do PRONAT para esses espaços têm sido o de promover sua dinamização econômica. Tendo em vista o contexto em que o Programa foi criado, sustentamos que houve grande influência de uma teoria coerente com os pressupostos do neoliberalismo e da competitividade.

Desse modo, os avanços obtidos nessa área são extremamente importantes, garantindo direitos às comunidades camponesas de terem acesso à educação, saúde, água potável para consumo, eletrificação rural e melhorias nas vias de acesso. Esses aspectos, contudo, demonstram apenas o seu desenvolvimento desigual e combinado, indica a forma como o capital se movimenta em busca de maiores rendimentos promovendo uma alteração socioespacial na relação homem-natureza que se manifesta de forma desigual, porém combinada com formas mais avançadas das forças produtivas.

A base desse raciocínio tem sua origem na teoria da revolução permanente de Trotsky, superando significativamente a análise desenvolvida por Marx sobre o desenvolvimento dos modos de produção, que de acordo com o marxismo ortodoxo ocorreria em etapas, dentro de um processo histórico linear. Contudo, Trotsky (1985) depois da revolução russa de 1917 rompe com a teoria etapista, estabelecendo os pressupostos para a lei do “desenvolvimento desigual e combinado” apontando uma nova perspectiva para a compreensão do modo de produção capitalista e a necessidade permanente de luta entre o capital e os trabalhadores. O território rural absorve elementos para garantir a expansão capitalista e promover a diferenciação da AFC, subordinando-a às relações de produção dominantes.

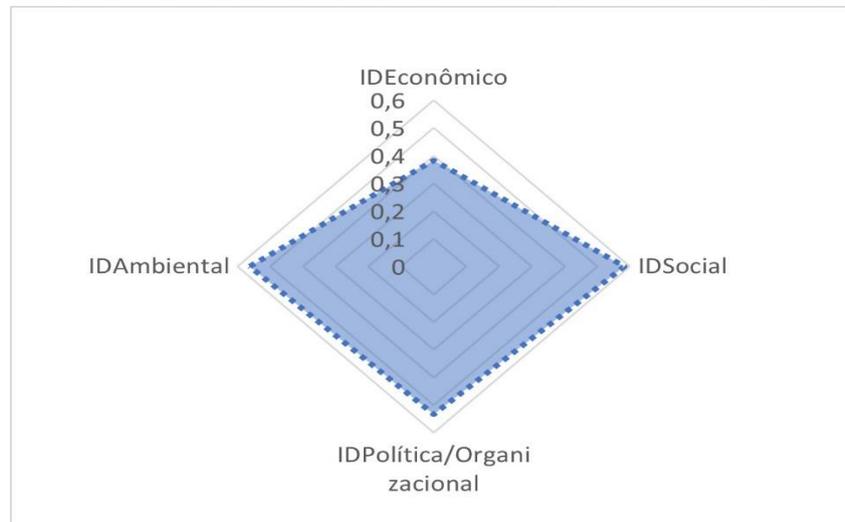
Nesse contexto, existem possibilidades para uma mudança qualitativa no espaço rural cearense, apesar disso o direcionamento das políticas públicas para o campo apontam para o fortalecimento do sistema dominante, revelando-se como um fator limitante para o DRS. Para uma análise mais específica sobre o espaço agrário cearense, em particular para os territórios submetidos à política de reforma agrária, observou-se individualmente o que ocorre em cada território, considerando a análise multidimensional

do desenvolvimento, ou seja, os aspectos econômicos, sociais, políticos/organizacionais e ambientais, presentes nas áreas de assentamentos rurais estudadas.

Território Cariri: Assentamento Acoci

O IDRS obtido para o Assentamento Acoci foi de 0,5163, ou seja, um índice que se insere na situação intermediária (média). Porém, desmembrando este índice nas suas dimensões econômica, social, político/organizacional e ambiental observa-se no Gráfico 2 que existe um maior desenvolvimento nos aspectos sociais e ambientais com índices de 0,583 e 0,563, respectivamente.

Gráfico 2 – IDRS no Território Cariri: Assentamento Acoci



Fonte: Pesquisa de campo.

Esse resultado pode ser atribuído à implantação das políticas do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), bem como o suporte recebido pelo Projeto Territórios da Cidadania (PTC) que focou os espaços com menor dinamismo econômico para a ampliação da oferta de serviços básicos às populações rurais mais vulneráveis, possibilitando o acesso a uma renda mínima e, conseqüentemente, uma redução das suas privações.

A dimensão social, que abordou os aspectos relacionados às condições de acesso ao Assentamento, condições de moradia, acesso à educação e saúde, apresentou um índice de 0,583, mostrando-se antagônico com a dimensão econômica com índice de 0,384, o pior resultado, abaixo de 0,4 considerado, portanto, como ruim, aspecto esse que limita a reprodução econômica na fração do território (re)criado, sendo um indicador de que a

AFC no Acoci não apresenta os elementos para autonomia, e devido ao seu baixo desenvolvimento na dimensão econômica, ainda não oferece os elementos suficientes para a sua subordinação ao capital.

O Assentamento enfrenta uma grande vulnerabilidade econômica e, conseqüentemente, limita sua capacidade de liberdade em relação às outras dimensões do desenvolvimento. Os elementos presentes, que elevam quantitativamente o nível de vida das famílias, são resultados de políticas implementadas no âmbito macroeconômico, decorrentes das demandas do capital para incorporar o espaço rural na sua agenda de exploração, principalmente com o aumento do consumo de bens industrializados, tanto de bens de consumo duráveis quanto de alimentos.

Outro fator, de caráter subjetivo, refere-se à percepção da população local sobre o seu próprio bem-estar, principalmente quando se faz um comparativo entre o antes e o depois do Assentamento. Constatou-se, que existe claramente uma percepção positiva quanto à melhoria nos aspectos sociais do assentamento e das famílias, como também a consciência de que muito ainda precisa ser feito. Observou-se um empoderamento dos agentes sociais, uma consciência maior de engajamento que fortalece a representatividade política/organizacional no Assentamento.

Os índices apresentados para o Acoci demonstram uma efetividade das políticas sociais implementadas no âmbito do desenvolvimento territorial rural para a redução da carência econômica e social, todavia, estas não se mostraram eficazes para a eliminação da pobreza no longo prazo, isto é, não possibilitaram a passagem para um patamar seguro de bem-estar social para esta geração e as gerações futuras.

No caso específico do Acoci, o projeto hegemônico de desenvolvimento rural criou condições de curto prazo para a subordinação do território às relações capitalistas de produção, porém, no longo prazo os elementos levarão à exclusão intrageracional, uma vez que a autonomia se adquire pela capacidade de reprodução econômica da unidade produtiva e elevado nível de desenvolvimento social e ambas as dimensões não apresentaram indicadores satisfatórios. Contudo, a capacidade de organização política passa a ser um instrumento de força para as comunidades camponesas, principalmente na relação com o espaço municipal.

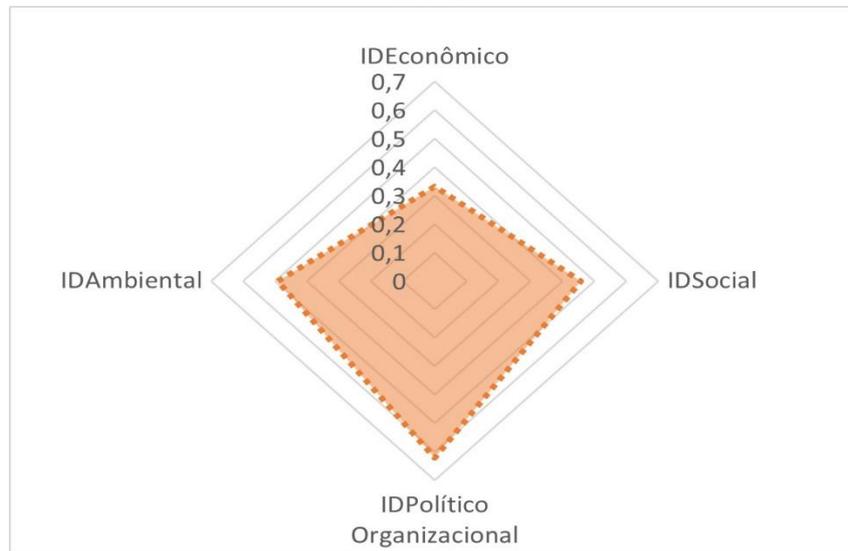
Outro fator presente que influenciou negativamente no desenvolvimento sustentável, foi que o território como um todo – Território Cariri - não se consagrou como um território de identidade, um espaço de conciliação, mas um território de conflitos,

sendo a maioria decorrentes de disputas pelo poder político em âmbito municipal, dificultando as ações coletivas de enfrentamento ao capital e autonomia do território.

4.2 Território Sertão Central: assentamentos Califórnia e Monte Castelo

O Território Sertão Central no Semiárido cearense apresentou um IDRS de 0,491 indicando de modo geral as dificuldades ainda presentes nesse espaço, onde estão territorializados os Assentamentos Califórnia e Monte Castelo. As dimensões, político organizacional e ambiental obtiveram índices de 0,621 e 0,556 na devida ordem, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – IDRS no Território Sertão Central: Assentamentos Califórnia e Monte Castelo



Fonte: Pesquisa de campo.

Os assentamentos estudados podem ser considerados de acordo com as referências adotadas para a pesquisa, que muitos dos aspectos ambientais e políticos/organizacionais se encontram em desenvolvimento, entretanto, os desafios futuros parecem ser maiores, pois as dimensões econômica e social apresentam resultados abaixo de 0,5 indicando que as dificuldades para produção agrícola continuam presentes, depende da questão hídrica, que nos últimos anos têm se agravado levando os agricultores a diminuïrem a força de trabalho na atividade agrícola, abrindo espaço cada vez mais para as atividades não agrícolas, foco do atual modelo de desenvolvimento rural.

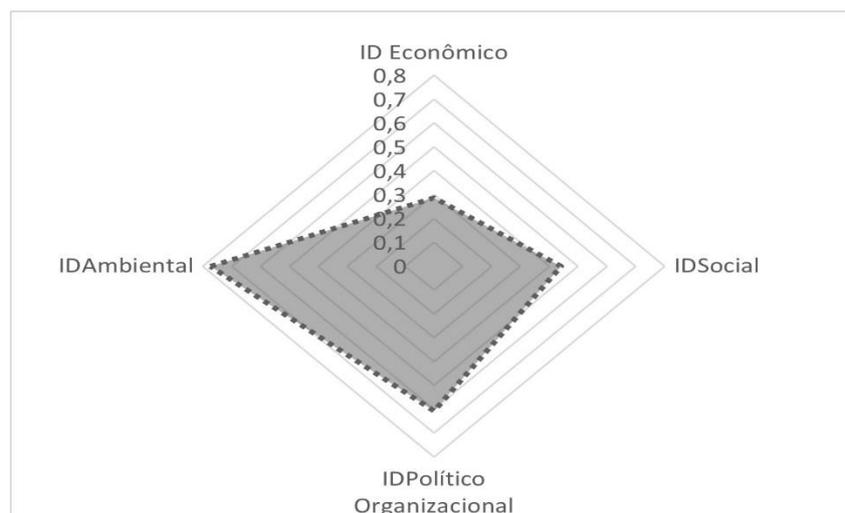
A dimensão política/organizacional se apresenta de forma favorável, demonstrando um grau de organização política que favorece a autonomia da AFC.

Entretanto, os elementos apontam muito mais para sua subordinação ao modo de produção dominante. Essa subordinação ocorre pela maior dependência dos agricultores ao mercado, seja mercado de trabalho e/ou mercado consumidor. Os projetos que deveriam desenvolver e fortalecer os saberes e laços locais, mostram-se controlados por articulações externas, políticas e econômicas que definem o rumo das políticas públicas para o espaço rural.

4.3 Território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores

O IDRS para o Assentamento Armadores obtido foi de 0,4653 apresentando uma situação intermediária, contudo, quando o índice é desagregado, como mostra o Gráfico 4, evidencia-se uma realidade bastante severa indicada principalmente pelas dimensões econômica e social, com índices de 0,286 e 0,441.

Gráfico 4 – IDRS no Território Sertões de Canindé: Assentamento Armadores



Fonte: Pesquisa de campo.

Observa-se, portanto, que o Assentamento se encontra em um nível de grande vulnerabilidade, principalmente pela dificuldade do desenvolvimento da atividade agrícola e pela ausência de projetos alternativos que possibilitem a convivência com o semiárido, ou seja, as ações planejadas dentro do PTC não conseguiram romper com o ciclo da exclusão que se perpetua em áreas do semiárido cearense.

A escassez de chuva é apontada pelos assentados, como sendo um fator determinante para a vulnerabilidade econômica presente no Assentamento, responsável pela expulsão do assentado que não encontra condições de trabalho e vida para sua família. A desistência da sua fração do território gera um trauma para o assentado e uma

falsa impressão de que o campo não consegue oferecer condições dignas para os trabalhadores que nela vivem.

Em relação à dimensão ambiental, esta apresentou um indicador de 0,775. Comparando com a dimensão econômica parece realidades conflitantes, o que representa uma incoerência e um desafio para a compreensão dessa realidade. Contudo, as condicionalidades indicam apenas como determinante desse indicador a redução da atividade agrícola, o que automaticamente reduz o desmatamento e o uso de queimadas para preparação do solo.

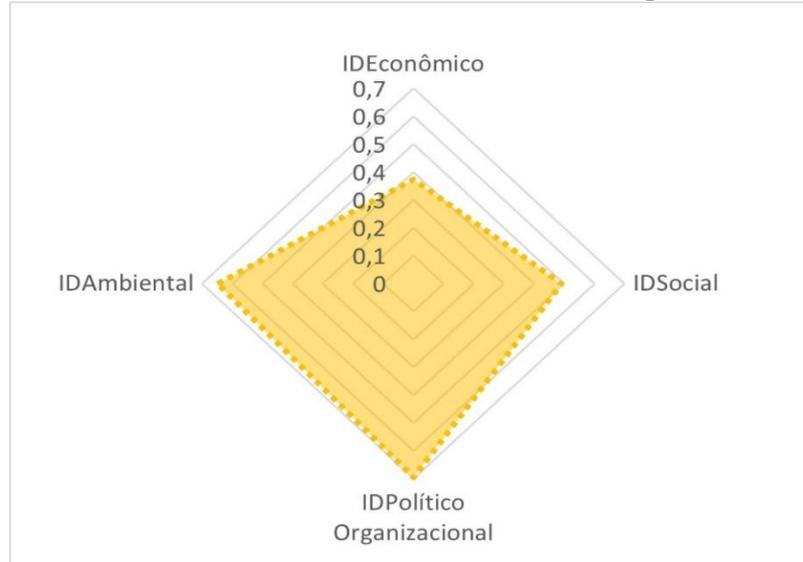
É importante esclarecer que a redução da atividade agrícola no Assentamento não ocorre pelo aumento de atividades não agrícolas, mas pela falta de atividade produtiva, que coloca os assentados e os trabalhadores rurais a margem das políticas públicas e principalmente reduz drasticamente a possibilidade de autonomia e aumenta a possibilidade de exclusão, não só para essa geração, mas também para as gerações futuras, que visualizam e desejam sobreviver fora do espaço agrário.

Dessa forma, o Território Sertões de Canindé não apresenta condições para sua autonomia, nem mesmo para sua subordinação, uma vez que o espaço em que o assentamento está territorializado não oferece capacidade de exploração capitalista, restando apenas a exclusão dos agricultores familiares camponeses, situação que se agrava com a expulsão de parte da população assentada, que não encontrou no PRONAT nem no PTC condições para o desenvolvimento sustentável no território.

Território Sobral: Assentamento Ipueirinha/Ouricuri

O IDRS para o assentamento Ipueirinha foi de 0,5528, apresentando uma situação intermediária, indicando a superação de grandes dificuldades, mas que ainda tem muitos desafios, principalmente nas dimensões econômica e social, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – IDRS no Território Sobral: Assentamento Ipueirinhas/Ouricuri



Fonte: Pesquisa de campo

Com um índice de 0,3730 a dimensão econômica encontra-se em situação crítica. Do ponto de vista da renda, 58,33% dos assentados entrevistados têm um rendimento mensal entre 1 e 2 S.M., e 33,3% têm rendimento médio mensal de menos de 1 S.M. Em relação à principal fonte de renda destaca-se a atividade agrícola, criação de animais de pequeno porte e aves com 41,7%.

Existem muitas possibilidades para o Assentamento, contudo, falta um maior empenho em termos de projetos e assessoria técnica especializada, ou seja, faltam estudos de viabilidade e recursos tecnológicos para assegurar o trabalho e a produção. Outro fator que possibilitaria uma segurança produtiva seria o desenvolvimento de cooperativas na região, incentivando e capacitando os assentados para o uso de tecnologias sociais de baixo custo e capaz de conviver com os desafios do semiárido.

Os assentados desenvolveram uma boa organização política no território, com um índice de 0,6960, sendo que o poder local continua com uma forte influência no fortalecimento e/ou enfraquecimento dessa dimensão, uma vez que, o engajamento nas organizações sindicais, movimentos sociais e Ong's são condicionalidades fundamentais para a formação política e a consciência de classe que se desenvolve nesse espaço territorializado pela agricultura familiar de base camponesa.

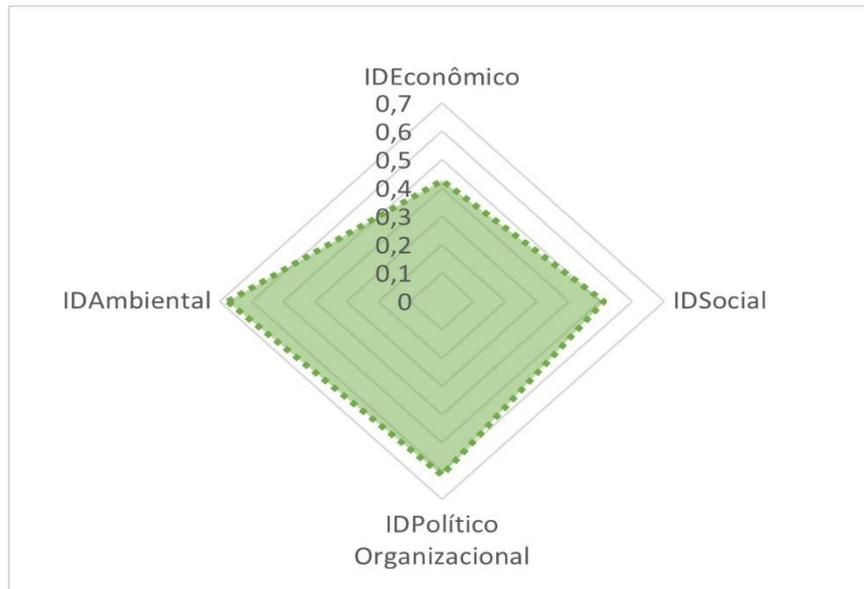
A essência da cidadania está no interesse coletivo de construir ambientes que favoreçam ao desenvolvimento e à conquista dos interesses individuais. A cidadania constitui ainda: a consciência da interdependência e do pertencimento a um grupo, o reconhecimento da coletividade e a aceitação do bem comum (ECHEVERRI, 2003, p. 11).

Nesse sentido, existe no território estudado, uma consciência de classe que move a organização interna do Assentamento na luta pela sua autonomia, na medida em que a organização política e social são ferramentas de enfrentamento à subordinação ao mercado globalizado que tenta dinamizar o espaço rural, rompendo com sua identidade agrária.

Território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier

O IDRS para o território foi de 0,5565 indicando um desenvolvimento intermediário, com possibilidades de alcançar um maior nível de desenvolvimento no futuro, dado os indicadores econômicos, sociais, político/organizacional e ambiental. As dimensões que apresentaram melhores resultados foram: ambiental e político/organizacional com índices de 0,6770 e 0,6150 respectivamente, porém nenhum ficou abaixo de 0,4 indicando que esta situação intermediária apresenta uma maior sustentabilidade para o desenvolvimento no espaço recriado (Gráfico 6).

Gráfico 6 – IDRS no Território Inhamuns/Crateús: Assentamento Xavier



Fonte: Pesquisa de campo.

As famílias que lá residem, afirmam categoricamente que, apesar das dificuldades enfrentadas, reconhecem que suas vidas e de suas famílias foram transformadas com a reforma agrária, colocando a terra como sendo indispensável para a reprodução da agricultura familiar camponesa. Os maiores desafios enfrentados relacionam-se com as

estratégias produtivas, sua organização e políticas públicas efetivas para os territórios (re)criados, para moradia, trabalho e lazer.

O Assentamento está localizado no entorno de uma área de reserva ambiental conhecida como Serra das Almas (RNSA) que tem possibilitado o desenvolvimento de vários projetos incluindo atividade produtiva e preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais sustentáveis que integram os agricultores na valorização e preservação da caatinga.

O encadeamento, quando ocorre, das ações entre instituições e gestores federais, estaduais e municipais garantem uma efetividade nas ações de enfrentamento à pobreza e exclusão social, contudo, a falta de políticas de Estado compromete a efetividade e continuidade dos projetos que são essenciais para o DRS. Nesse contexto, identificamos uma tendência à subordinação da AFC às necessidades da nova ordem econômica que reorienta os espaços - através do desenvolvimento desigual e combinado -, colocando em movimento processos produtivos que exclui ou subordina os espaços, antes em repouso, agora subjugados ao capital.

A Figura 7 apresenta uma síntese do nível de desenvolvimento rural para os territórios de identidades no Semiárido cearense. Evidência a dificuldade de geração de renda na AFC (aqui considerados os processos de produção e comercialização) e a ausência de uma “consciência de classe”, promove uma desvinculação do agricultor com a terra, com a sua cultura e identidade, subjugando-o ao modo de produção capitalista.

As conquistas do ponto de vista da infraestrutura e cidadania são em última instância subordinados ao modo de produção dominante que controla a produção, o consumo, a cultura, o conhecimento, o crédito e a tecnologia, ou seja, o capital comanda a partir dos elementos externos a recriação da AFC, limitando economicamente, socialmente e politicamente a criação de uma categoria autônoma.

Em todas as dimensões, o IDRS ficou abaixo de 0,7 indicando que não existe capacidade para se alcançar o DRS no Semiárido cearense, onde os espaços “privilegiados” são desenvolvidos para a valorização do capital que se expande para o campo, enquanto as áreas de agricultura familiar de base camponesa permanecem à margem do desenvolvimento, ou seja, o que ocorre, de fato, é o desenvolvimento desigual.

Figura 7 – Síntese da apresentação gráfica do IDRS nos territórios de identidade no Semiárido cearense

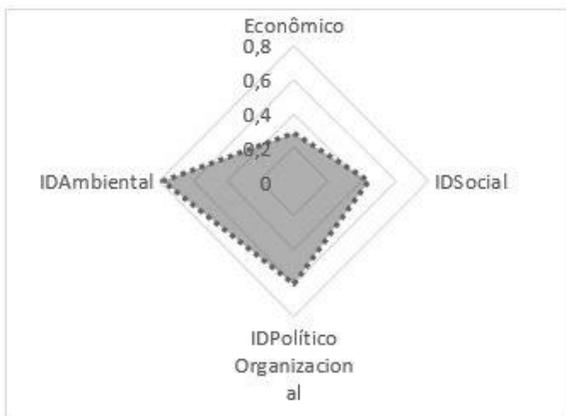
a) Território Cariri



b) Território Sertão Central



c) Território Sertões de Canindé



d) Território Inhamuns/Crateús



e) Território Sobral



A espacialidade dos assentamentos no Semiárido não se constituiu em um fator determinante para o nível de desenvolvimento rural obtido em cada um deles, pois tiveram resultados semelhantes, refletindo por um lado a condição majoritária presente no campo e, por outro, a baixa oferta de políticas públicas efetivas para as áreas dos assentamentos. Embora estejam representando territórios distintos, apresentam perfis equivalentes, tornando-se um desafio para o Estado e a sociedade civil organizada encontrar meios que viabilizem a vida e a produção agrícola da agricultura familiar na contemporaneidade.

Considerações Finais

As narrativas sobre as novas funções do espaço rural, que “elimina” ou enfraquece as lutas e debates pela solução da questão agrária, são fortalecidas pelos intelectuais que defendem o paradigma do capitalismo agrário, ou seja, apontam como solução aos problemas causados pelo sistema capitalista à expansão do próprio sistema no campo, construindo assim visões antagônicas quanto ao protagonismo do desenvolvimento rural enquanto instrumento para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural promovido a partir dos anos 1990, consolidando-se nos anos 2000 como a alternativa mais viável para o campo, sob o argumento da sustentabilidade e das novas possibilidades que o rural apresenta. Em meio a essa alegação, a questão agrária foi sendo banida das políticas públicas e das pesquisas acadêmicas, cedendo espaço para o fortalecimento do modelo de DR. Nesse sentido, buscou-se elucidar os mecanismos que, de forma concreta, possibilitem um desenvolvimento rural sustentável no Semiárido cearense, considerando a análise para a agricultura familiar camponesa, nas áreas de assentamentos rurais.

Analisando os territórios (re)criados pela AFC – os assentamentos rurais - observou-se que os assentados têm a percepção de que vivem melhor depois da reforma agrária. Alguns ainda relembram os tempos que viviam subordinados ao proprietário fundiário, e onde antes tinha um proprietário, hoje tem vários, sendo que a maior conquista veio da “libertação” em relação ao pagamento da renda da terra, já que a maioria era “morador” na fazenda.

Nesse sentido, os elementos desenvolvidos no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural implementada no início do século XXI, promoveram mudanças estruturais em relação à redução da pobreza rural. Nas áreas de assentamento,

essas mudanças se constituem fundamentalmente na ampliação do benefício de proteção continuada e da aposentadoria rural, bem como a garantia de uma renda mínima através da expansão da cobertura dos programas sociais, como o Bolsa Família e garantia safra. Outros fatores que se destacam é a eletrificação rural, oferta de serviços básicos de saúde e acesso à escola nos assentamentos. Investimentos em mobilidade também promoveram uma maior integração entre o rural e o urbano. Porém, a falta de políticas públicas de Estado que possibilite o acesso a água para a produção, com planejamento das atividades produtivas e alcance de longo prazo aumenta a oferta de políticas compensatórias, retardando e limitando o espaço social e econômico da autonomia nos assentamentos.

Nessa lógica, buscou-se analisar o nível de desenvolvimento nas áreas de assentamentos rurais no espaço rural cearense. O índice encontrado foi de 0,5163, considerando que o índice varia de “zero” a “um”, este apresentou uma situação mediana ou intermediária, indicando que as ações permaneceram mais no nível emergencial, não se consolidando como política de longo prazo, impedindo, assim, o alcance de um efetivo desenvolvimento autônomo, sustentável. Os indicadores que mais contribuíram positivamente para o nível de desenvolvimento foram os ambientais e político/organizacional, e os indicadores que contribuíram negativamente para o nível de desenvolvimento foram os econômicos e sociais.

Embora se constate a ampliação de programas sociais e políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e para a valorização da produção agrícola e não agrícola de base familiar nos anos 2000, tal ampliação se constitui em ganhos significativos para o acesso a serviços públicos, representatividade política e liberdades individuais que aumentam com a redução das suas privações econômicas, contudo, não foi suficiente para promover um desenvolvimento rural sustentável de forma satisfatória no espaço rural cearense.

Nesse contexto, a política de DTR se constituiu em um fator de ampliação das relações capitalistas de produção no espaço agrário, indicando uma funcionalidade para a AFC na contemporaneidade, criando elementos que primeiramente subordinam o agricultor familiar às relações capitalistas de produção e, posteriormente os excluem das possibilidades reais de um desenvolvimento rural sustentável. Portanto, o modelo de desenvolvimento rural implementado a partir da política do DTR não produziu, até a realização da pesquisa, elementos suficientes para o desenvolvimento rural sustentável nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Isabel G. de Carvalho C. P. de. **Construção de um índice de desenvolvimento rural e sua aplicação ao Alto Alentejo**. Elvas. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado). Apresentada ao Instituto Politécnico de Porto Alegre.
- ACB - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE BASE. **Quem somos**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.acbcrato.org/quem-somos>> Acesso em: 11 out. 2016.
- ASA - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Quem somos**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>> Acesso em 10 out. 2016.
- BARRETO, Ricardo C. Sá. Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável no Ceará: estudo de caso. Fortaleza. 2004. 91f. **Dissertação** (Mestrado). Apresentada ao Departamento de Economia Agrícola. Universidade Federal do Ceará – UFC, 2004.
- CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Bases para a formulação de uma política estadual de convivência com o semiárido cearense**. Fortaleza: INESP, 2011.
- _____. **Os 7 Cearás**: propostas para o plano de governo. Governo do Estado do Ceará 2015/2018. Fortaleza, 2014.
- COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER Edni Oscar. (Orgs.). **Estratégia de convivência com o semiárido brasileiro**: textos e artigos de alunos(as) participantes. Brasília: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome / Editora IABS, 2013.
- ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson. et. al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1980.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases Cartográficas 2015**
- JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Recife-PE: PCT/SEPLAN/IICA, 1998.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MANZONI NETO, Alcides. Competitividade e desenvolvimento territorial rural: ações e contradições do planejamento federal para territórios rurais no Brasil. Campinas, 2017. 256 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) apresentada na Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Geociência – Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2017.

MARIANO, Jorge L.; RIBEIRO, Fábio F. **Desenvolvimento rural sustentável em territórios do Rio Grande do Norte**: uma análise multidimensional. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e Vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná, 2003. 430f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/11449/102969>> Acesso em: julho 2017.

RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. In: **REDE** - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 1, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/4>> Acesso em maio 2018.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável**: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>> Acesso em março de 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez., 2003.

TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. 2ª. ed. São Paulo: Kairós, 1985.

WAQUIL, P.D et. al. **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007_04.pdf> Acesso em março de 2016.

Recebido em 30/07/2021. Aceito para publicação em 13/03/2022.
--